

União pode cortar

Orçamento

Economia

Jornal de Brasília • 5

investimento à metade

enandro 27.4.89

O novo presidente da República terá que trabalhar, no seu primeiro ano de Governo, com um orçamento ainda mais apertado do que o de 88, em consequência da aplicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em junho pelo Congresso e que conterà propostas da área econômica ainda em discussão. A orientação do secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Pullen Parente, a seus auxiliares e aos órgãos orçamentários dos ministérios, é de se fazer uma previsão apurada das despesas em 1990. O resultado poderá ser uma queda violenta dos investimentos do Governo, em torno de 50%, sobre os valores deste ano, já muito comprimidos.

Parente tem alertado parlamentares e funcionários do Execu-

tivo sobre a dificuldade de cortar mais gastos governamentais com a manutenção dos bens e serviços prestados pelo poder público. Há um risco muito grande de deterioração do patrimônio público, que já começa a ocorrer em alguns setores, como é fácil verificar percorrendo as estradas de rodagem brasileiras, por exemplo.

Por iniciativa do relator, deputado José Serra (PSDB-SP), a LDO tentou amenizar esse problema, autorizando a emissão de títulos públicos no valor de 10% da receita tributária, exclusivamente para financiar investimentos governamentais. Serra reconheceu durante a discussão do projeto da LDO ser inadmissível que o Governo fosse tolhido tão violentamente. Mas a LDO criou ao mesmo tempo restrições extremamente severas para

emissões adicionais de títulos públicos. Elas ficaram restritas à rolagem da dívida pública e das dívidas externas com avais da União, mantendo-se, portanto, o princípio do que o Governo só gastará o que arrecadar, para pagar pessoal e o custeio da máquina pública.

A proposta de orçamento em elaboração na Seplan deve, por determinação constitucional, seguir os limites estabelecidos na LDO. Os técnicos esperam apresentar um retrato verdadeiro da situação do setor público brasileiro, que mostre a necessidade de uma reforma na máquina estatal, se o futuro Governo quiser se manter na linha de redução dos gastos públicos perseguida pelos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu.